



Valoração ambiental de parques urbanos: uma revisão sistemática de literatura

Environmental valuation of urban parks: a systematic literature review

Página | 2159

Alex Bruno da Silva Farias¹; Romário Nunes da Silva²;
Horasa Maria Lima da Silva Andrade³; Luciano Pires de Andrade⁴

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4072-4727>; Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Mestrando em Ciências Ambientais, Brasil. E-mail: silva.ab2@gmail.com;

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0401-8000>; Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Mestrando em Ciências Ambientais, Brasil. E-mail: romario.nuness@gmail.com;

⁽³⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>; Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza e Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Brasil. E-mail: horasaa@gmail.com;

⁽⁴⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>; Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Doutor Etnobiologia e Conservação da Natureza e Professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade Acadêmica de Garanhuns, Brasil. E-mail: romero.silho@gmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 29 de setembro de 2020; Aceito em: 22 de março de 2021; publicado em 31 de 05 de 2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: A intensa urbanização das cidades acelerou o consumo dos recursos naturais e essa exploração desenfreada foi em grande parte a responsável pela extinção das áreas verdes urbanas. Diante dessa realidade, os parques tornaram grandes aliados para estreitar os laços e valorizar a importância da preservação do meio ambiente, que além do lazer desempenham importantes serviços ecossistêmicos que impactam diretamente na qualidade de vida da população. Assim, este artigo teve como objetivo avaliar e refletir experiências que levantaram a questão da disposição do pagamento da entrada em parques urbanos (DAP) por seus frequentadores. Como ferramenta metodológica utilizou-se a revisão sistemática de literatura. Foi realizada uma busca de artigos científicos no Portal Periódico CAPES, da qual resultou em sessenta trabalhos encontrados. Utilizou-se como critérios de inclusão: artigos de conhecimento teórico empírico redigidos no idioma português. Após a triagem, selecionou-se seis artigos, os quais foram utilizados para revisão. A análise das experiências demonstraram que a maioria dos entrevistados estão dispostos a pagar pela utilização dos parques, com valores que variam entre R\$0,50 e R\$15,80. Alguns fatores como a renda e grau de instrução foram determinantes para a disponibilidade do pagamento. Apesar da desconfiança do gerenciamento do valor efetivo pelos órgãos públicos, os usuários dos parques demonstraram sentimento de pertencimento e interesse na preservação e conservação dos parques.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços verdes, Regulação climática, Serviços ecossistêmicos.

ABSTRACT: The intense urbanization of cities accelerated the consumption of natural resources and this unbridled exploitation was largely responsible for the extinction of urban green areas. In view of this reality, parks have become great allies to strengthen ties and enhance the importance of preserving the environment, which in addition to leisure play important ecosystem services that directly impact the quality of life of the population. Thus, this article aimed to evaluate and reflect on experiences that raised the question of the willingness to pay admission to urban parks (DAP) by its regulars. As a methodological tool, a systematic literature review was used. A search for scientific articles was carried out on the CAPES Periodical Portal, which resulted in sixty papers found. The following inclusion criteria were used: articles of empirical theoretical knowledge written in Portuguese. After screening, six articles were selected, which were used for review. The analysis of the experiences showed that the majority of the interviewees are willing to pay for the use of the parks, with values that vary between R \$ 0.50 and R \$ 15.80. Some factors, such as income and education, were determinant for the availability of payment. Despite the distrust of effective value management by public agencies, park users have demonstrated a sense of belonging and interest in the preservation and conservation of parks.

KEYWORDS: Green spaces, Climate regulation, Ecosystem services.

INTRODUÇÃO

Os constantes debates acerca de um desenvolvimento sustentável permeiam a sociedade como um todo, ainda assim os recursos naturais vêm sendo consumidos num ritmo muito maior que a sua reposição, desencadeando impactos negativos que influenciam diretamente na qualidade de vida das pessoas. A sociedade se desenvolveu através do consumo dos recursos naturais, entretanto, para continuar com esse estilo de vida é necessária uma racionalidade ambiental e uma ética de solidariedade (LEÃO, 2018).

Página | 2160

A expansão das cidades muitas vezes devasta áreas verdes, árvores e outros empecilhos considerados inconvenientes quando o interesse em algum empreendimento é dominante. Muitos parques urbanos pelo Brasil possuem uma responsabilidade social no que tange à recreação e lazer, especialmente para os mais carentes, onde encontram no parque uma única diversão ao seu alcance (GOMES, 2014). Porém, para além do lazer, os parques podem abrigar uma riqueza da fauna e flora, como também serviços ecossistêmicos de provisão de alimentos, regulação climática, formação do solo e informação, gerando uma série de benefícios direta ou indiretamente para o ser humano (RAIMUNDO; SARTI, 2016).

Tendo em mente a limitação dos recursos naturais, a pauta do manejo e a conservação do meio ambiente começou a receber grande atenção e vários estudos se propuseram a levantar o valor dos bens e serviços ambientais, se utilizando processos de valorização econômica (TOGNELLA, 1995). Por não estarem inseridos num mercado real fica difícil mensurar um valor real para os espaços verdes. Uma solução é a atribuição de valores para os bens e serviços por eles gerados, assim a valoração só vem a contribuir para a importância da preservação e conservação desses espaços (CORBETI; ALVIM; DIAS, 2010). Muitas vezes os parques são administrados por órgãos públicos e deles dependem para que suas estruturas sejam preservadas a fim de que possam continuar exercendo suas funções, podendo influenciar inclusive na quantidade e na qualidade desses espaços verdes dispostos pela cidade, o que demanda cuidado e manutenção (BIONDI; PEDROSA-MACEDO, 2008).

Simular um mercado hipotético em que a oferta é determinada pelo entrevistador e a demanda pelos entrevistadores é o objetivo da valoração econômica contingente, técnica da valoração direta (TÓRREZ, 2013). Outra técnica bastante utilizada é a

disposição a pagar (DAP), também direta, onde os participantes da pesquisa são entrevistados. Assim, a valoração econômica de espaços verdes urbanos contribui para a sensibilização do setor público, privado e a população num geral. Os setores públicos e privados podem ter um melhor direcionamento para o investimento ambiental e na população despertará um sentimento de pertencimento e responsabilidade para com esses espaços (ZEA-CAMAÑO; MEIRA; TETTO, 2017).

Nesse sentido, este artigo objetivou-se avaliar e refletir experiências que levantaram a questão da disposição do pagamento da entrada em parques urbanos (DAP) por seus frequentadores, bem como, identificar os fatores que influenciam nas respostas.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve caráter exploratório e como metodologia optou-se pela revisão sistemática de literatura, pois permite "ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (GIL, 2008).

Foi realizada uma busca de artigos científicos no Portal Periódico CAPES, considerando o recorte de tempo de 2011-2018. Para obtenção dos dados foram utilizados os seguintes termos indexadores: "valoração ambiental", parque, "valoração econômica". Os mesmos foram aplicados nos campos de buscas referentes a título, resumo e palavras-chave. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: artigos de conhecimento teórico empírico, publicados em periódicos revisados por pares e redigidos no idioma português. Para a exclusão os critérios foram: artigos que não atendiam o objetivo da pesquisa, estudos feitos fora do Brasil e outros espaços como parque nacional ou áreas rurais. Tais critérios objetivaram responder a seguinte questão norteadora: no âmbito de sua preservação e conservação, os frequentadores estão dispostos a pagar pela entrada nos parques urbanos?

Ao realizar a busca foram encontrados 60 artigos. Após uma breve leitura dos títulos, foram descartados 35 trabalhos que não atenderam os objetivos propostos, restando portanto, 25 estudos. Posteriormente, a leitura dos resumos, 19 artigos foram excluídos, selecionando-se assim, 6 experiências que se encaixaram nos parâmetros e

objetivos da presente pesquisa. Foi analisada a disposição do pagamento pelos frequentadores dos parques, bem como, a identificação dos fatores que influenciaram com as respectivas respostas.

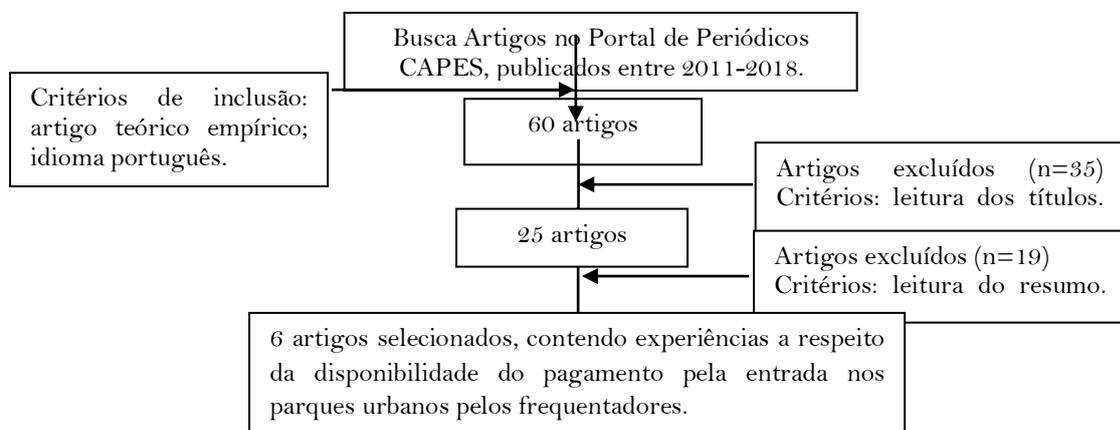


Figura 01: Procedimentos de busca dos artigos no Portal de Periódicos CAPES e os critérios de inclusão e exclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados foram publicados nos seguintes periódicos científicos: Revista de Política Agrícola, Revista ESPACIOS, Desenvolvimento em Questão, Revista de Estudos Ambientais, Revista em Agronegócio e Meio Ambiente e Floresta e Ambiente. Os estudos aconteceram em várias regiões do país, sendo 3 em capitais e um no Distrito Federal e tiveram como característica em comum o uso de questionários durante a metodologia. Nesses trabalhos foi possível realizar estratificações a respeito do gênero, idade, escolaridade e renda dos frequentadores dos parques. A seguir o Quadro 1 apresenta os autores, ano de publicação, título e o objetivos dos estudos.

Quadro 01: Identificação dos autores, o ano, títulos e o objetivo geral dos estudos.

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo Geral
Farias <i>et al.</i> (2018)	Valoração ambiental do Parque Ecológico do Rio Cocó.	Mensurar a disposição a pagar dos visitantes do Parque Ecológico do Rio Cocó para mantê-lo preservado e conservado
Justo e Rodrigues (2014)	Valoração econômica do parque ecológico estadual do sítio Fundão, Crato, CE	Valorar o Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão, cuja execução visa à preservação de riquezas naturais e culturais da cidade: inédita casa de taipa com dois andares e resquícios de

		mata atlântica.
Zea-Camaño, Meira e Tetto (2017)	Disposição a pagar por serviços ecossistêmicos urbanos: o caso da unidade de conservação parque São Lourenço, Curitiba - PR, Brasil	Avaliar a disposição a pagar dos usuários pelo usufruto dos serviços ecossistêmicos de cultura e lazer fornecidos pela unidade de conservação urbana Parque Natural Municipal São Lourenço, assim como caracterizar o perfil socioeconômico dos usuários.
Morgado <i>et al.</i> (2011)	Valoração ambiental do parque ecológico de usos múltiplos Águas Claras DF: analisando a disposição a pagar dos usuários.	Avaliar a Disposição a Pagar (DAP) pelo uso do Parque Ecológico de Usos Múltiplos Águas Claras, Distrito Federal.
Almeida <i>et al.</i> (2017)	Avaliação Ambiental do Parque Olhos D'Água: Aplicação do Método da Disposição a Pagar	Aplicar o método da Disposição a Pagar (DAP) aos frequentadores do Parque Olhos D'Água
Leão, Sousa e Pasa (2018)	Valoração ambiental do parque municipal lagoa encantada, Cuiabá (MT)	Estimar os valores de uso recreacional do Parque Municipal Lagoa Encantada, utilizando-se os métodos de Valoração Contingente e do Custo de Viagem e, através destes, analisar o perfil socioeconômico dos frequentadores.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa pelos autores (2021).

No Brasil, muitas áreas de conservação foram desmarcadas por lei. Ao mesmo tempo em que se prega a demarcação de novas áreas de conservação, o discurso, a nível internacional, e adotado pelos países é de que o crescimento populacional nos países pobres é o responsável pela destruição ambiental (GOMES, 2014). Em cidades bem movimentadas, esses poucos espaços verdes se traduzem em tentativas de se conectar à natureza e dessa forma atraem um grande público para as mais diversas atividades tais como de lazer e/ou turismo (RAIMUNDO; SARTI 2016). Além disso, os parques são uma tentativa de diminuir as tensões sociais da rotina agitada das cidades (LOEBLEIN; TEIXEIRA, 2018).

Leão, Sousa e Pasa (2018) encontraram os maiores valores de disposição a pagar, 81%, com DAP variando entre R\$0,50 e R\$ 1,00. Farias *et al.* (2018), Justo *et al.* (2014), Zea-Camaño, Meira e Tetto (2017) e Almeida *et al.* (2017) em seus estudos, também identificaram valores de DAP que variaram entre R\$0,90 a 15,80. Ressalta-se que nestes estudos, mais de 50% dos entrevistados demonstraram disponibilidade ao pagamento.

Dentre os motivos citados pelos entrevistados destacam-se a importância pela conservação e preservação de espaços verdes urbanos e o fato de utilizarem o parque para um contato maior com a natureza através de caminhadas e outras atividades físicas. Ainda nesses estudos observou-se que a disposição a pagar independeu do gênero ou idade e o fator renda aumentou bastante a probabilidade de pagar pela entrada no parque.

Almeida *et al.* (2017), em seus estudos observaram que 91% dos entrevistados tinham ensino superior completo, incompleto ou eram pós graduandos. Isso se explica pela proximidade do parque com a universidade de Brasília, e a mesma possui uma política de moradia em forma de auxílio financeiro para professores em casas próximas ao parque, dessa forma professores e alunos universitários são visitantes frequentes.

Farias *et al.* (2018) observaram que as famílias maiores tendem a contribuir mais pela entrada no parque. Numa possível explicação, Resende (2014) cita a preocupação e o cuidado de assegurar uma melhor qualidade de vida para seus familiares. Já Justo e Rodrigues (2014) observaram que os solteiros apresentaram uma menor probabilidade de pagar em relação aos casados, viúvos e separados.

Em geral os residentes dos municípios estudados tendem a pagar mais que os turistas, evidenciando um sentimento de pertencimento considerável. Almeida *et al.* (2017) constataram a disponibilidade de pagamento de 71% dos entrevistados que pertenciam ao bairro onde o parque está situado, sugerindo uma maior utilidade do mesmo para a comunidade do seu entorno.

Já Morgado *et al.* (2011), em seus estudos, identificaram que apenas 33,3% dos frequentadores demonstraram disposição a pagar. Porém, os autores creditam essa baixa porcentagem pela influência do contexto sociocultural como o local da pesquisa, que está situado em Curitiba, onde tradicionalmente sempre existiram muitos bosques e áreas verdes públicas. Ainda, uma parte dos entrevistados levantou a falta de confiança nos gestores públicos para gerenciar as verbas e, portanto, zelar pelos parques. Outros relataram que a cobrança faria restringir as visitas, que a manutenção dos parques é de responsabilidade do estado devido às altas taxas de impostos já pagas pela população.

Farias *et al.* (2018) verificaram que há uma relação inversa entre a percepção de preservação e conservação do parque com a DAP, mostrando que ao encontrarem o parque preservado e conservado os frequentadores não veem necessidade de pagar. Ademais, o parque em estudo (Parque Rio Cocó) foi criado justamente com o objetivo de

proteger e conservar os recursos naturais ali existentes. A partir do valor médio da DAP dos visitantes, os autores realizaram uma simulação do quanto seria arrecadado mensalmente e as expectativas apontaram para um valor suficiente para a conservação e preservação, bem como, a implementação de outros projetos pertinentes como a educação ambiental e afins (SEMACE, 2016).

Tendo em vista que as cidades crescem para a economia, logo, os laços culturais e naturais vão se desfazendo, dessa forma o sentimento de pertencimento para com o lugar natural aos poucos vai sendo deixado para trás (MARTINS; ARAÚJO, 2014). Assim, os parques vêm a somar para o bem estar da população do seu entorno e consequentemente gerando melhoria na qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as experiências demonstraram que grande parte dos frequentadores demonstraram disposição ao pagamento para o uso do parque, caso o dinheiro realmente seja direcionado para ações efetivas, e assim usufruir dos serviços ambientais e lazer que eles proporcionam.

Estudos com frequentadores desses espaços verdes se tornam um importante instrumento de responsabilidade e consciência ambiental, onde os resultados podem ser apresentados aos órgãos administradores para as devidas providências e projetos que visem conservação e preservação desses espaços, contribuindo para um maior bem estar e qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, A. N. D.; VERSIANI, R. D. O.; SOARES, P. R. C.; ANGELO, H. Avaliação ambiental do parque Olhos D'Água: aplicação do método da disposição a pagar. **Floresta e Ambiente**, v. 24, 2017.
2. BIONDI, D.; PEDROSA-MACEDO, J. H. Plantas invasoras encontradas na área urbana de Curitiba (PR). **FLORESTA**, v. 38, n.1, p. 129-144, 2008.
3. CORBETI, C. M. C.; ALVIM, A. M.; DIAS, D. V. Valoração Econômica dos Recursos Hídricos da Região de Pelotas. **Análise-Revista de Administração da PUCRS**, v. 21, n. 1, p. 85-96, 2010.

4. FARIAS, I. F.; SILVA, C. R. M.; LIMA, D. S. V. R.; OLIVEIRA, L. V. C.; FONTENELE, R. E. S. Valoração Ambiental do Parque Ecológico do Rio Cocó. **Desenvolvimento em Questão**, v.16, n. 45, p. 191-213, 2018.
5. JUSTO, W. R.; RODRIGUES, C. P. B. Valoração econômica do Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão, Crato, CE. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 4-17, 2014.
6. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
7. GOMES, M. A. S. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 79-90, 2014.
8. LEÃO, S. V. B.; SOUSA, R. A. T. S.; PASA, M. C. Valoração ambiental do parque Municipal Lagoa Encantada, Cuiabá (MT). **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 11, n. 3, p. 783-799, 2018.
9. LOEBLEIN, F.; TEIXEIRA, M. D. J. Valoração contingente do parque Tia Nair (Brasil): comparação das técnicas Open-Ended e Bidding Games. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 18, n. 57, p. 429-454, 2018.
10. MARTINS, R. T. P.; ARAÚJO, R. S. BENEFÍCIOS DOS PARQUES URBANOS. **Revista ciências humanas e sociais aplicadas**, v. 10, n. 4, p. 38-44, 2014.
11. MORGADO, R. C. *et al.* Valoração ambiental do parque ecológico de usos múltiplos Águas Claras - DF: analisando a disposição a pagar dos usuários. **Revista de estudos ambientais**, v. 13, n. 2, p. 6 – 17, 2011.
12. RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 6, n.2, p. 3-24, 2016.
13. RESENDE, F. D. M.; FERNANDES, G. W. A.; ANDRADE, D. C.; NEDE, H. D. Valoração econômica do Parque Nacional da Serra do Cipó (Minas Gerais): uma aplicação do método contingente. In: **Anais do Encontro Nacional de Economia**, 2014, Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Anpec, 2014.
14. TOGNELLA, M. M. P. **Valoração econômica: estudo de caso para o ecossistema manguezal - Bertioga e Cananéia**. 1995. 161f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
15. TÓRREZ, G. C. M. Valoración económica de losserviciosambientalesdel Parque Nacional Tunari (Cochabamba, Bolívia). **Revista Boliviana de Estudios del Hábitat**, v.1, n.1, p. 6 – 117, 2013.
16. SEMACE - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ. **Parque Ecológico do Rio Cocó**. 2016. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/paque-ecologico-do-rio-coco/>>. Acesso em: 20 set 2020.
17. ZEA-CAMAÑO, J. D.; MEIRA, M.; TETTO, A. F. Disposição a pagar por serviços ecossistêmicos urbanos: o caso da unidade de conservação Parque São Lourenço, Curitiba - PR, Brasil. **Revista Espacios**, v 38, n. 17, 2017.